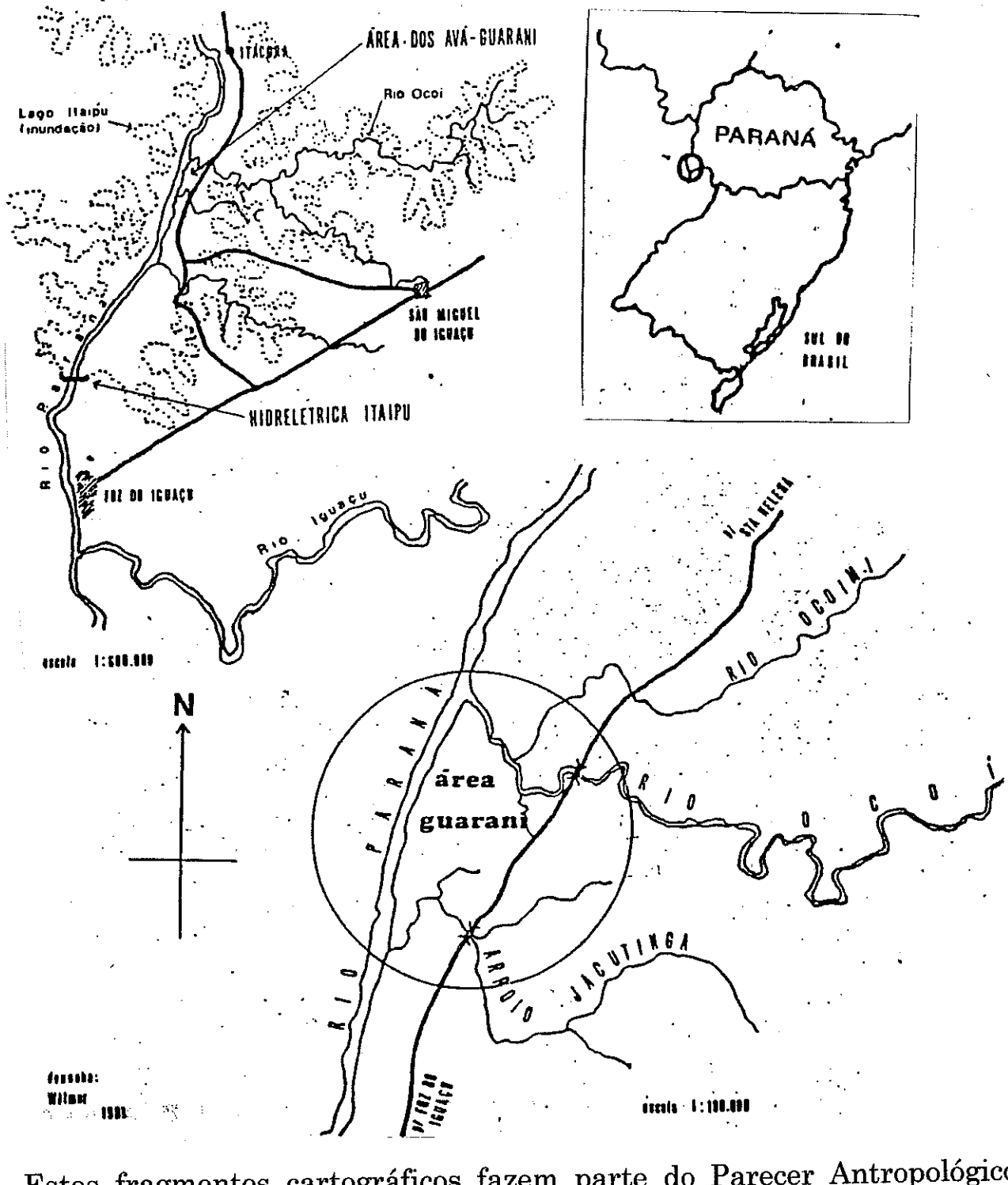


## Mapa 5 – ÁREA DO OCOÍ-JACUTINGA



Estes fragmentos cartográficos fazem parte do Parecer Antropológico elaborado por Edgard de Assis Carvalho em 1981. Desenho: Wilmar. (DOC. 14: 1981). Pelo que é possível observar a presença de índios Guarani ficaria restrita aos locais demarcados nos setores acima.

Conota-se aí uma percepção de territorialidade que reconhece como legítimas apenas possessões documentadas de alguma maneira adotada pelo sistema de valores intrínseco à sociedade nacional. Ignora-se, por conseguinte, a mobilidade típica dos Guarani, como também a auto-alteração sofrida pelo coletivo indígena, que, elaborando as contingências, internaliza-as. Desta forma, o grupo antevê a impossibilidade de ter de volta territórios imemoriais, contentando-se em requerer uma extensão que permita, ao menos, a que dê vazão a uma espacialidade reelaborada a partir de seus padrões culturais.

A ITAIPU presume ter dado o assunto por encerrado, quando, em 1982, assina o acordo com o qual supostamente concordam os índios assistidos pela FUNAI, CIMI e ANAI. Estas organizações, garantem os núncios da Usina, aquiescem que a área *concedida* é oito vezes maior do que as dimensões em que estava assentada originalmente a comunidade. Vale destacar que não se encontra documentação alguma que convalide as afirmações relacionadas à postura assumida pelos órgãos de assistência. Os funcionários da Hidroelétrica conjecturam que haja alguém de fora da coletividade acicatando os índios, ao seu ver incapazes de pensar por si próprios, assegurando que, por detrás do pedido de mais terras está o CIMI “insuflando e colocando idéias erradas na cabeça do índio” (DOC. 24, 27.12.1985), suprimindo do povo Guarani sua capacidade de decisão e luta. O depoimento que segue é um dos muitos exemplos que põe em xeque a tão propalada *escolha assistida* dos Guarani pelo terreno do *Oco'ÿ*.

Eles deram esse pedacinho, porém ninguém saber, levou um documento, assina aqui, o cacique assinou lá, e voltou lá, e disse que tinha pego a área, mas a comunidade não sabe se era grande ou pequena, ou qual é o tipo de área, a gente não sabe. Mas o cacique já assinou, e no documento fala que só essa terra, só essa terra, não tem maior. Então por isso que o cacique foi enganado, e até nós também fomos enganados, mas (...) mesmo isso eles prometeram de ajudar durante 25 anos a comunidade, mas só que a gente não tem interesse de pegar as coisas a troco de terra. Nós viemos aqui pro Oco'ÿ era oito de junho do ano 1982 (...). Vieram de Jacutinga umas vinte famílias, mais ou menos 74 pessoas. Nós não vamos pegar as coisas, nós queremos recuperar aquela terra (PEREIRA, depoimento em 01.06.2000).

No intento de demovê-los de suas exigências, alguns enviados da Empresa visitam a aldeia no dia 18 de dezembro de 1985, levando presentes, fazendo lembrar a chegada dos primeiros portugueses à Terra de Santa Cruz.

Alertam o então cacique, João Centurião, para que impeça a vinda de novas famílias para a Área, uma vez que o aumento populacional resulta em prejuízos para a comunidade. É perceptível que os agentes de ITAIPU com o encargo de solucionar a questão indígena ignoram a mobilidade característica dos Guarani, para quem fronteiras arbitrariamente impostas por Estados nacionais não têm sentido no seu mundo de significações. É evidente que, quando conveniente, esses índios internalizam os limites, manipulando-os de acordo com seus interesses.

Diante do exposto, é notório que a realocização dos Guarani no espaço que constitui a Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y* não significa que a situação tenha-se resolvido. Além das dimensões reduzidas da Reserva, há problemas de demarcação envolvendo a Área Indígena e as propriedades de colonos. O mais grave, no entanto, é o expressivo incremento populacional que sobrevém à aldeia, tornando o espaço insuficiente para garantir a sobrevivência dos índios.

A ITAIPU insiste em imputar a responsabilidade pela migração de elementos oriundos do Paraguai, Argentina, Rio das Cobras e outros, a motivos políticos internos ou ao instilar de determinadas organizações, obliterando o caráter de caminhantes peculiar aos Guarani. Estes viandantes por excelência costumam vagar pelos seus territórios tradicionais, fixando-se ocasionalmente nas pequenas parcelas em que isto ainda é possível, tendo em vista o entorno que se configura.

Neste sentido, há que ressaltar que muitas famílias, receosas do que o destino lhes reserva, retiram-se do Oeste por ocasião dos primeiros contatos com emissários da Usina. A definição da nova situação, expressa na concessão de uma área oficialmente demarcada e no reconhecimento dos Guarani no Oeste como *índios brasileiros*, o que demanda uma série de prerrogativas intrínsecas a esta condição, provoca o retorno de muitos índios.

A circunscrição de um setor delimitado pelos poderes estatais sujeita os Guarani a permanecerem confinados. No caso de um elemento do grupo, ou uma família, pretender se ausentar temporária ou definitivamente, ele carece de autorização prévia do órgão tutelar. Assim, índios vinculados a este território

por laços ancestrais são impedidos de suas andanças. Ademais, dirigindo-se para esta região, oriundos de outros pontos dos seus espaços tradicionais, devem obrigatoriamente se alojar na Reserva. Grife-se que a Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y* é então o único recinto designado a abrigar indígenas no Oeste do Estado do Paraná. Conseqüentemente, a população no sítio definido pela FUNAI e pela Hidroelétrica se avoluma. Os segmentos da sociedade nacional que compõem os quadros da Hidroelétrica, porém, são inábeis para entender que “o comportamento de indivíduos de diferentes sociedades é pautado por diferentes sistemas de valores” (NOVAES, 1993: 111). A vida está difícil, é preciso mais terra...

A polêmica causada pelo acréscimo populacional na Reserva se exprime, dentre outros elementos, pelo conflito que envolve Fernando Martins, cacique na época, e João Centurião<sup>27</sup>, muito embora as razões do confronto permaneçam até o presente meio que imersas em bruma. O que se pode apreender é que Fernando Martins se vê diante de uma situação difícil de administrar, em decorrência, antes de tudo, da transferência da coletividade para um campo dotado de uma extensão de 251,15 hectares. Em seguida, o terreno originalmente reservado para os Guarani é reduzido em decorrência da formação do reservatório da Usina, que faz submergir aproximadamente 20 hectares, importando evidentemente na restrição dos limites da aldeia, agravada pela erosão que assola as margens do lago. Simultaneamente, sobrevém à Área Indígena um respeitável aumento demográfico provocado pelo regresso de várias famílias que migraram para outras localidades, quando se iniciaram as interlocuções com os segmentos da sociedade nacional responsáveis pelos levantamentos básicos para a instauração da Hidroelétrica.

O montante de todos os fatores expostos suscita uma conjuntura difícil de administrar. Supõe-se, por conseguinte, que o próprio Fernando Martins, sob pressão de várias lideranças da comunidade, pede auxílio a João Centurião, naquele momento no Paraguai, para enfrentar a Usina. Diante

---

<sup>27</sup> O primeiro cacique do *Oco'y* é Fernando Martins e o segundo é João Centurião, os quais se desentendem em certo momento, episódio devidamente abordado ao longo do texto. A intenção neste momento é informar que ambos são considerados pela comunidade como pajés poderosos.

do reforço requerido, João retorna ao Oeste, estabelecendo-se na Reserva do *Oco'ý*, acompanhado por um grupo de mais ou menos duzentos Guarani *Ñandeva*. Paradoxalmente, os recém-chegados se enredam num acirrado embate com os *Mbýa*, liderados por Fernando, referenciando-se que são estes os elementos com quem ITAIPU firma o acordo de 1982.

João Centurião alega ter nascido em Jacutinga, sendo coagido a fugir do Oeste na década de 1960 em face da violência dos *brancos* que advêm à região. Explica sua presença no *Oco'ý* pelo pedido de ajuda que recebe de lideranças do grupo local. Essas justificam sua atitude por considerarem que Fernando Martins é tapeado pela Empresa por desconhecer as maneiras mais eficazes de *lidar com os brancos*, o que, em virtude das circunstâncias, é imprescindível para um chefe Guarani. Afirmam que a expropriação dos 1500 hectares que encerram a Barra do *Oco'ý* ou Jacutinga exemplifica o ludíbrio do então cacique pelos núncios da Binacional.

No intento de resolver as desavenças entre as facções, a comunidade decide pela realização de uma eleição. Desta, resulta a escolha de João como novo cacique, o qual permanece na aldeia juntamente com um conjunto composto por pouco mais do que duzentas pessoas. O novo líder é capaz de se expressar em bom português, ponderando-se que sua ascensão deve ser creditada à necessidade de um povo para o qual somente uma liderança espiritual já não basta, levando em conta as vicissitudes impostas pelo entorno. Em síntese, as circunstâncias tornam imperiosa a atuação de um guia apto a interagir com a sociedade nacional e mobilizar a sociedade em benefício dela própria.

Conseqüentemente, Fernando Martins é destituído de suas atribuições. A FUNAI (DOC. 33, 21.06.1989), com a finalidade de evitar possíveis enfrentamentos entre os setores que dividem a sociedade Guarani, interfere, incentivando o deslocamento de um grupo de quarenta e três *Mbýa*, conduzidos pelo cacique deposto, para a Reserva de Rio das Cobras. Demoram-se ali por algum tempo, partindo em seguida para Ubatuba, no Estado de São Paulo, prosseguindo nas suas peregrinações por diversos lugares. Aspiram, retornar a estas paragens, o que efetivamente ocorre em 1997.

A direção da Usina persevera ao longo de muito tempo na alegação de ilegitimidade da reivindicação da parcela de terra com extensão de pelo menos, 1500 hectares, tributando-a como proveniente da interposição de organizações como CIMI, ANAI e Comissão Pastoral da Terra. Defende que é uma exigência posterior ao pacto firmado em 1982, do qual resulta a *concessão* da atual Reserva. Uma das justificativas dos agentes da Binacional, para não anuir com a ampliação da área indígena, é a presumida ameaça representada pelo ingresso maciço de índios procedentes do Paraguai ou outros países limítrofes, ignorando que para os Guarani, fronteiras discricionariamente impostas pelas *nações modernas* não integram sua teia de significados. Neste sentido, estes índios interpretam e adaptam as contingências a partir do sistema de valores intrínseco à sua sociedade, internalizando as demarcações fixadas pelos poderes estatais em momentos em que isso se mostre proveitoso.

As frentes de expansão da sociedade nacional que alcançam o Oeste do Paraná, sobretudo a colonização por migrantes sulistas iniciada por volta da década de 1940, muito embora se apropriem indiscriminadamente de terrenos guaranis, levando a imaginar um cenário no qual *não há mais terra sem dono*, não importam em alterações na situação jurídica desses índios. É nitidamente perceptível nos relatos, que, no interior do seu território, os Guarani permanecem ocupando os recônditos inacessíveis aos *brancos*, embrenhando-se nas margens dos rios e restaurando aldeias nos derradeiros confins de mata nativa, que, embora não reconhecidas pela FUNAI, são constantemente citadas nos depoimentos. É o caso da *área Guarani*, ou *Passo Kuê*, ou *aquela aldeia perto de Guaíra*. Além disso, os Guarani perseveram em suas perambulações, caminhando e reconstruindo espaços a partir dos lugares livres da presença dos colonizadores.

Na Jacufinga naquela época, muito Guarani morava lá, aqui em Três Lagoas também, em São Miguel, porque naquela época não tem um limite sabe. Morava três famílias ali, morava outro por ali, um família lá em Santa Helena (...). Naquela época tinha muito Guarani, que nem lá no Rio Branco, logo ali pra baixo do Pato Bragado, ali tinha muitas pessoas Guarani. E ninguém não falava pra nós, lá não podia fazer fogo, lá não podia cortar madeira, você não podia ficar lá, ninguém falava assim pra nós. Então era liberdade pra nós, naquela época era liberdade pra nós. E o Guarani nunca estragava a água, nunca estragava o mato virgem, e o bicho também não acabava. Guarani

estava sempre procurando a natureza. Porque natureza tem que ser água boa, tem que ser mata virgem, tem que ter bicho, bastante bicho, essa é a natureza que a gente procura. Eu me lembro bem que naquela época muitos Guarani andavam assim, ninguém ligava, ninguém falava nada pra ele, e por aí eu penso assim essa liberdade era nossa, isso aí era do Guarani, não era de ninguém (SOUZA, depoimento em 01.06.2000).

A construção de ITAIPU e todos as ocorrências que permeiam sua implantação, entretanto, trazem em si algumas singularidades no que tange à sociedade Guarani situada no Oeste. Primeiramente, eles são reconhecidos oficialmente como *índios brasileiros*. Esta condição tem uma série de implicações jurídicas, dentre elas a tutela pelo órgão indigenista oficial, além da *redução* a uma área demarcada pela ação conjugada da FUNAI e da ITAIPU. O grave nisso tudo é que o terreno outorgado não se mostra satisfatório para prover as necessidades básicas da comunidade. O lago não dispõe de peixes suficientes para fazer da pesca uma atividade regular e praticamente não há matas cobrindo o solo, uma vez que grande parte é submersa, fazendo da caça uma prática eventual. Esse estado é agravado pelo fato de que a terra destinada ao plantio não é suficiente para alimentar uma população que cresce dia a dia. São irmãos que voltam, irmãos que nascem...

## CAPÍTULO V

### TÁTICAS E ESTRATÉGIAS: O ALVO É A TERRA

Este capítulo é dedicado a discorrer a respeito da repercussão da desapropriação das terras guaranis pela ITAIPU, no que concerne à constituição de uma auto-identificação e afirmação de uma identidade étnica. Passado um primeiro momento de presumida aceitação pacífica da situação pela sociedade expropriada, presumida, porque muito mais criação do conteúdo dos documentos provenientes da Usina do que daqueles produzidos pelos índios, instaura-se uma conjuntura caracterizada pelos embates ininterruptos entre os Guarani no Oeste paranaense e os emissários da Hidroelétrica. O empenho da comunidade indígena é no intento de recuperar um terreno no qual desfrutem de condições mínimas para viver de acordo com seu modo de ser tradicional.

Eu nasci no Passo Kuê. Daí a gente passou no Paraguai, também um pouco. Fiquei um pouco no Paraguai, daí voltei. Essa luta pra conseguir o Oco'ý começou no ano 1984. Começou a luta. Quando ia começar a construção da Hidroelétrica de Itaipu, na época já tinha corrida pra lá e pra cá. Mas, porque na época pessoal de idade não sabe falar em português, não sabe discutir com alguém, como discutir, não sabe como é que é, por isso foi muito enganado. E também essa ilha a gente conseguiu pelo engano também, porque na época o cacique antigo que tinha não sabe discutir com ninguém, porque o branco faz, já é bom pra ele, então por isso que conseguimos essa *língua de vaca*<sup>1</sup> (PEREIRA, depoimento em 01.06.2000).

Reafirma-se, considerando a disparidade e as peculiaridades intrínsecas às forças em relação no contexto sobre o qual se está a tratar, que é pertinente se valer dos conceitos de estratégia e tática, no sentido proposto por Michel de Certeau, para analisar as posturas dos elementos inseridos na problemática. Nesta perspectiva, a ITAIPU e o órgão tutelar, enquanto sujeitos portadores de poderes instituídos, desfrutam das condições necessárias para

---

<sup>1</sup> Casimiro Pereira, o depoente, se refere à Área Indígena de Santa Rosa do Oco'ý como *língua de vaca* em virtude de suas características geográficas, ou seja, são cerca de 230 hectares distribuídos em uma estreita faixa, de no máximo 100 metros, ladeada à esquerda pelo lago de ITAIPU e à direita pelas lavouras dos agricultores não-índios.



estabelecerem estratégias de operação e, com base nelas, produzirem, mapearem e imporem a ordem dominante. Saliente-se, que, a retenção do poder é o fator preliminar que possibilita a concretização das estratégias. Quanto aos Guarani, nenhuma delimitação externa, sobreposta à sua sociedade, lhes possibilita autonomia, sendo assim, ao interpretarem as circunstâncias dadas, internalizando-as, empregam táticas – a arte do fraco – para resistirem ao jogo dos agentes do Estado-nação. A partir das táticas, os índios são capazes de manipular, utilizar e modificar a ordem determinada (CERTEAU, 2000).

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter à distância, numa posição recuada, de previsão e convocação própria: a tática é movimento (CERTEAU, 2000: 100).

Em consonância com Certeau, os aportes de Castoriadis (1982) são outra referência teórica importante, na medida em que permitem perceber que, a sociedade elabora *o outro* abalizada no seu mundo de significações. O contato propicia que o corpo social internalize o exterior – quer sejam objetos, indivíduos ou grupos diversos –, tornando-os parte de si e, constitui-se num dos fatores da auto-alteração, do que decorre a conformação da auto-identificação do grupo no presente. Divisa-se, então, a conjugação com as noções de identidade e auto-identificação, adaptadas, a partir da formulação de Silvia Caiuby Novaes (1993), ao contexto sócio-histórico pesquisado.

### 5.1 PRIMEIRO MOVIMENTO: A ARTE DE SE FAZER OUVIR

A Reserva Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý* é criada em 1982, com o intuito de realocar onze famílias de índios Guarani. Conforme se discorre no item 4.4, acredita-se que este número seja equivocadamente, ponderando-se que é fixado pelos membros do subgrupo de trabalho “XV”, que adota métodos de investigação, no mínimo, questionáveis. Em efeito, oportunamente, a incidência

de elementos nativos, ocorre num setor do Projeto Integrado de Colonização do Ocoí - II, destinado a desaparecer quando da formação do reservatório de ITAIPU.

Os Guarani no Oeste do Paraná têm sua existência reconhecida somente depois de contatados pelo subgrupo em 1977. Desde então, são metamorfoseados em *índios brasileiros*, tornando-se tutelados do órgão indigenista oficial. É interessante mencionar que, neste período, grande parte do povo Guarani se encontra disperso, uma vez que vem sofrendo formas diversas de coerção por parte de segmentos da sociedade nacional.

Os abusos impingidos aos indígenas, motivados pela invasão da região por trabalhadores nacionais, perceptíveis já na década de 1950, acentuam-se nos decênios seguintes. Reflexo disto são as agressões cometidas pelo INCRA contra os Guarani em torno de 1975, no intuito de forçá-los a abandonar um campo específico. O empenho do Instituto resulta do imperativo de *limpar* tal terreno, com a finalidade de implementar o Projeto Integrado de Colonização do Ocoí, o PIC-Ocoí, reservado ao assentamento de agricultores nacionais, posseiros em verdade, que, obrigatoriamente, devem ser removidos do Parque Nacional do Iguaçu.<sup>2</sup>

Espantados pela brutalidade de que são alvo, muitos grupamentos de nativos se retraem, refugiando-se nas matas ainda inacessíveis aos não-índios, enquanto os demais se evadem, buscando abrigo em áreas guaranis localizadas no Paraguai, Argentina, dentre outras, desde que distantes desta região. Enfatize-se que apenas dois anos separam estes eventos do levantamento realizado pelo subgrupo de trabalho "XV". Defende-se que o afastamento dos Guarani desta zona, acrescido à falta de preparo dos componentes do subgrupo (DOC. 3, 23.03.1977), são os fatores decisivos para que o relatório conclua que, em 1977, fazem-se presentes, no Oeste paranaense, somente onze famílias indígenas.

---

<sup>2</sup> Este assunto também é abordado e, com mais detalhes no item 4.4.

Primeiro eu to morando ali na Jacutinga, na área velha, agora tá tudo embaixo da água. Bom em 45 tem muito mato e não falta bicho, tem muito. Em 60 já não tem mais muito mato, né. E aí eu fiquei ali, tem quinze anos naquela época, quinze anos, me lembro bem. E aí vem o branco, tá avançando. Vai o primeiro queima a casa, naquele tempo tem cento e cinquenta família de índio e o branco tá fazendo, como é que é? Atropelando, e dá o tiroteio e se assusta muito o índio, foi muito pra lá pro Paraguai, depois um pouco voltou pra cá (CENTURIÃO, depoimento em 13.07.2000).

Alijados de suas terras e dos requisitos elementares para viver conforme o *bom modo de ser*, os Guarani no Oeste são confinados em um lugar ínfimo, no qual é impraticável dar vazão à sua mobilidade peculiar. Perante esta situação, tal sociedade entra em rota de colisão com um poderio gigantesco, o Estado-nação, em razão de sua meta de reaver uma extensão maior de terra, dotada de recursos percebidos como basilares para garantir a sobrevivência do grupo. Avalia-se, por conseguinte, que a astúcia é a arte do fraco, considerando que, quanto mais frágeis as coletividades submetidas ao poder estabelecido, tanto mais é indispensável que as mesmas façam uso da astúcia e tanto mais esta se torna tática. “Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder” (CERTEAU, 2000: 101). Neste sentido, a tática nevrálgica no embate com a Usina é a afirmação de uma identidade étnica, constituída enquanto um instrumento político com o propósito de subministrar a sociedade para confrontar o opositor e fazer valer suas reivindicações.

Sustenta-se que é plausível estabelecer uma analogia entre a difusão da homogeneidade étnica, de que se valem os Guarani contemporâneos em face do seu embate com a Hidroelétrica e as idolatrias dos Tupi no período colonial – na acepção proposta por Vainfas (1999) –, que transcendendo a dimensão meramente religiosa, indica uma tática de resistência e reação sócio-cultural dos nativos. A premissa do autor é de que esse fenômeno se materializa, principalmente, em certas cerimônias especiais para os índios, as santidades, de cunho, a princípio, religioso, mas que “... ainda no século XVII, santidade e revolta indígena permanecessem praticamente como sinônimos no vocabulário

dos moradores do Brasil (VAINFAS, 1999: 64). Apreende-se, portanto, que as "idolatrias", quer sejam "ajustadas" ou "insurgentes" (VAINFAS, 1991), representam pólos que congregam a sociedade indígena, instrumentalizando-a para resistir a um contexto de dominação e imposição cultural.

Concebida mais amplamente como fenômeno histórico-cultural de resistência indígena, a idolatria pode se referir a um domínio em que a persistência e a renovação de antigos ritos se mesclava com a luta social, com a busca de uma identidade cada vez mais destrocada pelo colonialismo (VAINFAS, 1999: 31).

A documentação originária de ITAIPU, datada dos anos iniciais do conflito com os Guarani, até início da década de 1990, pelo menos, insiste em garantir a inteira concordância dos índios no que toca ao setor no qual são realocizados, para cuja escolha, supostamente, dispõem da assistência de vários organismos voltados para a defesa dos direitos humanos:

... consoante com as exigências dos índios, assistidos pela Comissão Pastoral da Terra, ANAI, CIMI e FUNAI, a ITAIPU, juntamente com os índios, procedeu à escolha de uma área (...). Como essa decisão final, após inúmeros contatos e reuniões, representou o consenso de todos os participantes, foi confirmada pela assinatura de todos os representantes das entidades e interessados intervenientes em um Termo de Acordo (DOC. 45, 10.09.1991).

Há muitas evidências que põem sob suspeita a plena aceitação das proposições apresentadas alegada pela ITAIPU, ainda nos primórdios do processo de transferência dos índios. Os Guarani, em correspondência (DOC. 17, 05.02.1982) de 05 de fevereiro de 1982, dirigida ao Coronel Paulo Moreira Leal, na época, presidente da FUNAI, e ao General Costa Cavalcanti, então diretor geral brasileiro da ITAIPU Binacional, provavelmente em resposta a uma sugestão de reassentamento por parte da Hidroelétrica, recusam-se a aceitá-la, expondo suas razões para isto.

É possível presumir com base no conteúdo da carta que os emissários da Usina oferecem um sítio que perfaz em torno de cem hectares. Os índios protestam, alegando que um terreno com tais dimensões é insuficiente para

abrigar as mais de vinte famílias provenientes de Jacutinga. As palavras que seguem expressam a radical redução territorial que ameaça a comunidade, caso seja levado a efeito o intento da Empresa: "... também não dá prá o Guarani aceitar porque nossa terra sempre foi desde o Jacutinga até o Rio Ocoí, e vai da estrada de Foz para Santa Helena, no lado que o sol se levanta, até o Rio Paraná, no lado que o sol se esconde" (DOC. 17, 05.02.1982).

Perceba-se que no momento em que a mensagem é escrita e enviada, os Guarani conhecem a área ofertada. Descrevem-na, assim, como aparentemente fértil, mas destituída de matas, o que, segundo os autores, inviabiliza a vida da sociedade, porque expressa a rarefação de animais para caça, de lenha para o fogo, de matéria-prima para as casas e de rios para pesca. Requerem, ao mesmo tempo, urgência na descoberta de um lugar no qual possam ser reassentados, visualizando que a época do plantio está próxima e que a ITAIPU ordena que sejam deslocados até o mês de abril. Sublinhe-se que a carta é datada do início de fevereiro, portanto, o tempo urge, já que a comunidade certamente não tem condições de desocupar a superfície a ser alagada sem ter alternativas viáveis de terrenos para se estabelecer.

... nós não queremos sair do nosso lugar, porque aqui sempre viveram os nossos pais e os pais dos nossos pais, e nós nascemos e se criamos aqui. Mas como vai vir essa água da Itaipu o Guarani tem que deixar essa terra. Então nós queremos um lugar prá viver com a nossa gente. Prá fazer nossos plantio e seguir nosso sistema. Mas não queremos ir longe do nosso lugar e dos parentes. Nós queremos umas terras aqui perto, e terra de mato (DOC. 17, 05.02.1982).

Não auferindo qualquer proveito com o documento referido, os Guarani enviam ao presidente da FUNAI, Coronel Paulo Moreira Leite, nova mensagem – datada do mês de março do mesmo ano –, na qual reiteram a impossibilidade de viverem segundo seu modo de ser no local indicado pelos agentes da Binacional, reproduzindo os argumentos constantes da primeira carta. Reputa-se que o componente essencial desta correspondência é a exigência de que o órgão indigenista assumira uma postura em defesa dos direitos dos índios, considerando a atribuição que valida legalmente a sua existência: "Sabemos que a Funai é responsável pela assistência às comunidades

indígenas, e por isso não entendemos por que não está defendendo os nossos direitos" (DOC. 17, 22.03.1982).

Os ouvidos moucos dos enviados do Estado-nação implicados no assunto obrigam os Guarani a observarem escoar o prazo de tempo concedido pela Empresa para a desocupação de suas terras, sem que se tenha definido um lugar para onde possam ir por ocasião do advento das águas. Diante disto, os índios convocam (DOC. 18, 06.05.1982) representantes da FUNAI e ITAIPU para uma reunião na aldeia. Nesta ocasião, eles reafirmam sua rejeição ao primeiro terreno sugerido, pelos motivos já explicitados nas correspondências mencionadas, dizendo que aceitam ser transferidos, mas apenas para uma área com características e dimensões similares ou superiores àquela que ocupam no momento.

Nois índio Guarani queremos aqui na Aldeia reunião para resolver o problema da terra. Nois não aceitamo aria piquena a Duzento quitaria não aceitamo (...). Nós queremos uma aria maior, que nois temo ante aria maior. (...) Tamo firme em não aceitar os duzento equitaria oferecido pela Itaipu. Aceitamo si a Itaipu nos der ária maior igual o que tinhamo antes (DOC. 18: 06.05.1982).

A postura adotada pelo coletivo indígena reflete a compreensão e a internalização das intenções dos segmentos da sociedade nacional com os quais está a tratar, que, em síntese, é tentar se eximir de quaisquer responsabilidades no que respeita aos nativos. Assim, faz-se imprescindível a afirmação da identidade étnica, utilizada conscientemente enquanto instrumento político destinado a confrontar e sobrepujar antagonistas infinitamente mais poderosos. A partir daí, são os Guarani, unificados e uniformes, dissimulando as perenes diferenças, disputas e hierarquizações internas, ou então, são os *índios brasileiros*, quando se fizer necessário manipular as prerrogativas inerentes a esta categoria para atingir certas finalidades do grupo.

Diversas organizações ligadas à proteção dos direitos humanos tomam conhecimento das dificuldades que assolam os Guarani no Oeste paranaense, como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra, a ANAI e o CIMI, dentre outras. Estas instituições, ante as circunstâncias que se

configuram, auxiliam a comunidade, apoiando-a em suas reivindicações, o que fica manifesto na pressão que exercem sobre a Hidroelétrica e o órgão indigenista para que efetuem o reassentamento com base nas aspirações dos indígenas.

Realiza-se uma série de tratativas entre os Guarani e as organizações não governamentais, de um lado, e, de outro, a ITAIPU e a FUNAI. Independentemente das tentativas de acordo, contudo, o máximo que se obtém, naquele momento, levando-se em conta a iminência do deslocamento, é um Termo de Acordo, assinado em junho de 1982. Através deste, confere-se aos Guarani a posse e demarcação pela FUNAI de 251,15 hectares, destinados a compor a Área Indígena de Santa Rosa do Ocoí. Arremata-se, desta maneira, a transformação dos Guarani em *índios brasileiros*, iniciada pelo seu reconhecimento oficial pela Fundação no ano de 1977.

Em face da assistência prestada aos Guarani pelos vários organismos interessados na defesa dos direitos humanos, inclusive no ensejo da assinatura do Termo de Acordo, os núncios da Usina insistem em alegar que não existem razões plausíveis para que haja novas exigências por parte da comunidade indígena. "Quanto à área da reserva do Ocoí, a ITAIPU não pode ser questionada, pois a mesma foi definida em concordância com os índios assistidos pelo CIMI, ANAI E Pastoral" (DOC. 32, 16.03.1989).

Enfatiza-se que a assinatura do documento mencionado deve ser avaliada, tendo em vista pelo menos dois elementos: a situação de um povo acossado pelo prenúncio de águas inclementes que brevemente devem inundar seus espaços e, sobretudo, o fato de que a extensão original da área demarcada, os 251,15 hectares, é desfalcada em cerca de 20 hectares no momento em que se efetiva o fechamento das comportas, que tem como efeito imediato a gênese do reservatório. O acontecimento surpreende os Guarani, os órgãos assistenciais e os próprios técnicos da Hidroelétrica, que admitem um *pequeno* equívoco nos cálculos relativos às dimensões exatas da represa. A terra desaparece num repente, levando consigo muito mato, taquara, erva-mate, animais, moradias... Acrescente-se ao exposto que, formado o lago, o solo das suas margens sofre um

acentuado processo de erosão, restringindo ainda mais as balizas dentre as quais a comunidade indígena é compelida a sobreviver.

Considera-se que é a absoluta falta de alternativas que pressiona os índios a aceitarem o terreno do *Oco'y*, para o qual são definitivamente removidos em junho de 1982. Imediatamente depois de assentados, os Guarani se põem a manifestar descontentamento com a configuração da Reserva<sup>3</sup>. É importante perceber que o coletivo exprime seu desagrado, enquanto uma unidade étnica uniforme, destituída de contradições internas e, portadora de padrões culturais comuns. Nos seus discursos *para fora*, de quaisquer ordens, o grupo alega que seus valores tradicionais podem estar sendo comprometidos em decorrência das arbitrariedades a que têm sido submetidos pelos agentes da FUNAI e da ITAIPU. É o reflexo da manipulação da identidade como instrumento político.

Os depoimentos coletados no presente e correspondências coevas traduzem a insatisfação da sociedade indígena com uma série de inconvenientes observados na Área do *Oco'y*, notadamente a exigüidade de terras apropriadas ao cultivo e a reduzida cobertura vegetal, aspectos agravados pela restrição territorial posterior à constituição da represa. Outra inconveniência é a situação geográfica da reserva, já que ela corresponde a uma estreita faixa de aproximadamente cem metros de largura, delimitada lateralmente pelo lago de ITAIPU e por propriedades rurais pertencentes a trabalhadores nacionais.

Os agricultores não-índios empregam nas suas lavouras toda espécie de insumos, despejando os detritos no reservatório, portanto, poluindo-o. A insalubridade das águas do lago as torna impróprias para o consumo humano, do mesmo modo que afeta a reprodução de peixes. A piscosidade do lago é um componente relevante para os Guarani no *Oco'y*, por causa da dificuldade para obtenção de alimentos com teores protéicos, dada a parca cobertura de mata que distingue a aldeia, de que o efeito imediato é a carência de animais para caça. Sublinhe-se que, somente no final da década de 1980, é que a FUNAI e a

---

<sup>3</sup> Vide Anexo VII. Croqui da área da Reserva Avá-Guarani (DOC. 74: s/d).



ITAIPU dão início à implementação de uma infra-estrutura elementar em termos de saneamento básico e assistência médico-hospitalar.

A posição adotada pelos Guarani perante as circunstâncias é de resistência, reagindo em consonância com as condições de que dispõem. A tática, arma do fraco, neste caso, é a palavra, empregada para afirmar uma identidade étnica e o perigo iminente representado para a perpetuação da mesma pelos emissários da ITAIPU e da FUNAI. Utilizam-se os discursos nas suas mais variadas formas: são cartas, reuniões, conversas, entrevistas, com a finalidade de divulgar as atribulações que atingem a sociedade indígena em virtude da instalação da Hidroelétrica, pressionando os detentores do poder a encontrarem soluções que correspondam aos anseios dos índios. Não se trata aqui, é óbvio, de vítimas inermes diante das vicissitudes da vida, mas de um povo que, interpretando o entorno, elabora maneiras de enfrentá-lo, com chances de obter sucesso em suas reivindicações.

Numa das correspondências enviadas pelos Guarani à ITAIPU e à FUNAI, eles solicitam ao "chefe" da Binacional que compareça à aldeia para solucionar seus problemas mais imediatos. Relatam que o solo está "desbarrancando", abreviando ainda mais a extensão do setor demarcado, exigindo, conseqüentemente, mais terra. Garantem que antes do seu deslocamento possuíam 1500 hectares, "... porque nossa terra era do rio Jacutinga até rio Ocoí, estrada que vai em Santa Helena, daí até rio Paraná. Cadê o resto da terra. A família está aumentando, a terra é pouca. Nós queremos o resto da terra" (DOC. 23, 25.11.1985).

Durante a década de 1980, funcionários da Usina, com o fito de expandir a Área Indígena, sanando deste modo as pendências com o grupo, oferecem-lhe duas ilhas e uma reserva florestal nas adjacências, totalizando perto de 200 hectares. Ofertam, além disto, quatro barcos a motor, ao mesmo tempo em que os Guarani requisitam a construção de uma estrada nas margens da represa. Os dois recursos têm como meta viabilizar a ligação da aldeia do *Oco'ỹ* com as ilhas. Grife-se a incongruência nas atitudes da Empresa, tendo em vista que a proposição referida logo se mostra irrealizável, sopesando-

se que os locais indicados são objeto de cessão anterior para colonos nacionais, que devem reflorestá-los (DOC. 27, 27.03.1987).

Ante os apelos dos Guarani para que o seu espaço seja ampliado e que se abra uma carreira como meio de acesso às ilhas, a Usina executa uma série de estudos técnicos, que concluem ser inexequível atender a tais requisições. Um documento (DOC. 28, 17.06.1987) proveniente da Hidroelétrica alega que o desmatamento resultante da geração de novos caminhos contradiz a "filosofia de preservação e reflorestamento" da Empresa, do mesmo modo que o traçado da nova passagem, cogitado para ficar localizado nos fundos dos lotes dos agricultores nacionais, pode criar atrito entre estes e os índios, visto que impõe uma espécie de barreira, a trilha, para que os colonos tenham acesso à água, e, principalmente, é possível que provoque a invasão das lavouras pelos indígenas.

O registro afiança igualmente que, nas paragens que se planeja ceder aos Guarani no intuito de incrementar a extensão original da superfície que lhes é destinada, como também no local projetado para instalar o conduto postulado pela comunidade, detecta-se abundância de matas, caracterizadas pela profusão de animais, concluindo os agentes da ITAIPU, ironia das ironias, que os mesmos devem ser resgatados e preservados para não serem dizimados pelos indígenas através da caça.

Ainda que as sugestões apresentadas por enviados da Binacional relativas à cessão das duas ilhas e da reserva florestal sejam viáveis – o que é não é o caso, como se divisa perante o exposto (DOC. 27, 27.03.1987) –, elas estão renunciadas a serem enjeitadas pelos Guarani. Destaque-se que estes índios repudiam todas as sugestões da Hidroelétrica, especialmente quando concernentes à implantação de benfeitorias na Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*, já que a aspiração primeira da comunidade é um novo terreno, com dimensões de 1500 hectares.

Vieram de Jacutinga umas vinte famílias, mais ou menos 74 pessoas. Nós conseguimos esse pedaço, mas mesmo isso a gente lutava, a gente não vamos pegar as coisas, nós queremos recuperar aquela terra. Ai tinha a briga, e a ITAIPU não queria reconhecer, a terra já tinha dado, porque eu não tenho outra, nossa luta foi 15 anos, bastante tempo... (PEREIRA, depoimento em 01.06.2000).

Supostamente com o propósito de satisfazer às demandas dos Guarani, a Binacional propõe uma série de alternativas, como, por exemplo, o Programa de Assentamento Indígena. Este plano, se de um lado, é plausível ser lido como uma forma de compensação pelas perdas sofridas pelo coletivo indígena por proporcionar ao mesmo melhorias sócio-econômicas, por outro, há que analisar o enunciado no item 4.8 do documento, que afirma: “prevenir e esvaziar as especulações políticas em torno da questão indígena, antecipando-se a ITAIPU no seu encaminhamento de forma racional e modelar” (DOC. 33, 21.06.1989). O projeto prevê, ao mesmo tempo, apoiado no auxílio de técnicos da Empresa, o implemento no perímetro demarcado de diversas atividades com potencial econômico, a partir da especificação de maneiras de distribuição e utilização *racional* da terra, em franca contradição com a espacialidade guarani.

## 5.2 SEGUNDO MOVIMENTO: AARTE DE CONQUISTAR

A situação política brasileira posterior à década de 1980, marcada, dentre outros fatores, pela *lenta e gradual* abertura política, tanto quanto pela internacionalização do interesse pelas questões ambientais, são fatores tributários na tessitura de um contexto favorável para os Guarani. Neste sentido, eles angariam notoriedade, ao divulgar seu descontentamento relativo ao sítio legado a eles pela ITAIPU, como também com as condições subumanas que são obrigados a suportar.

A insatisfação da sociedade indígena é pertinente a uma pluralidade de impasses que a aflige, em razão da inoperância dos representantes da Usina e da FUNAI. Inicie-se pelo principal inconveniente que penaliza o grupo, ou seja, a ínfima parcela de terras na qual ele é forçado a sobreviver, cuja proporção é absolutamente inconciliável com o número de pessoas nela fixadas. Se o lugar já é inadequado no momento da realocação, considere-se o

agravamento das condições de existência da comunidade, resultantes do crescimento vegetativo da população, somado às migrações dos Guarani que regressam para o Oeste, onde o único espaço passível para o seu assentamento é a Reserva Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*.

Além de seu alcance diminuto, outra peculiaridade que distingue a Área e desagrada a coletividade indígena é a escassez de cobertura vegetal, do que decorre a carência de animais silvestres e confere à caça uma conotação meramente fortuita. Os Guarani expressam descontentamento, igualmente, com a configuração e a situação geográfica do local no qual estão assentados, salientando-se que ele consiste numa estreita faixa de terra, de mais ou menos cem metros, comprimida entre o reservatório e as propriedades de agricultores nacionais.

A forma típica de produção levada a efeito pelos camponeses não-índios da região emprega massivamente defensivos e insumos, geradores de resíduos altamente poluentes, o que torna as águas do lago impróprias para consumo, comprometendo também a piscosidade da represa. Enfim, os indígenas exprimem sua contrariedade com o estado de insalubridade que impera na aldeia, afirmando-se que o reconhecimento oficial só há de se traduzir em assistência médico-hospitalar e água encanada no período pós 1990. No decênio anterior, a saúde é um caso muito sério para o coletivo no *Oco'y*, sendo o setor um pólo de malária em potencial.

Em 1987, a ELETROBRÁS<sup>4</sup> cria um Comitê Assessor de Meio Ambiente, composto por um grupo de especialistas em diversas áreas do conhecimento, com a atribuição prioritária de avaliar, dentre outras questões, os efeitos sócio-ambientais decorrentes da construção de barragens. A ITAIPU é a hidroelétrica eleita para receber a primeira visita de tal comissão. A despeito desta inspeção, não advém nenhuma providência concreta que contribua

---

<sup>4</sup> ELETROBRÁS: Centrais Elétricas Brasileiras S/A. Durante a presidência de Jânio Quadros, foi criada a ELETROBRÁS, constituída em 1962 pelo Presidente João Goulart para coordenar o setor de energia elétrica brasileiro. Atualmente, a ELETROBRÁS é vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo a atribuição de promover estudos e projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento do país (FONTE L: Internet, 05.05.2002).

para resolver as complicações que prejudicam a sociedade Guarani no Oeste paranaense.

A implantação do Comitê pela ELETROBRÁS, mas, principalmente, a visita à Área do *Oco'y* realizada pelo antropólogo Dr. Shelton Davis, representante do Escritório de Meio Ambiente e Assuntos Científicos do Banco Mundial<sup>5</sup>, em dezenove de fevereiro de 1987, faz com que a condição dos Guarani seja objeto de discussão e recomendações específicas (DOC. 26, 19.02.1987). Apesar da execução de levantamentos e projetos alternativos designados a sanar as pendências que envolvem os índios e a Hidroelétrica, as novas sugestões mais uma vez ecoam no vazio.

A MISSÃO foi também informada das seguintes ações que deveriam resolver os problemas acima relacionados. Essas ações incluem: A. Um programa sistemático da malária por parte da SUCAN; B. Um esforço conjunto da Itaipu Binacional e Surehma para monitorar e controlar o lançamento de agrotóxicos na área da comunidade, principalmente instalando tanques lavadores de bioácido de baixo custo; C. Estabelecimento de um programa de Gerenciamento de recursos pela Itaipu Binacional para controlar a erosão do solo ao longo da margem do reservatório; D. O replantio de árvores ao longo dos limites da comunidade para proteger-las das invasões dos proprietários vizinhos e, E. Ações da Funai e se necessário da Polícia para assegurar a futura segurança das terras da comunidade indígena (DOC. 26, 19.02.1987).

Ao contrário do que seria válido esperar, deriva da intervenção do Comitê instituído pela Central Energética e das recomendações do emissário do Banco Mundial, uma nova série de iniciativas equivocadas e sem resultados efetivos. Diante da evidente ineficácia da Binacional e da FUNAI para solucionar a questão, lideranças indígenas remetem correspondência (DOC. 30, 02.08.1988) ao Presidente do Banco Mundial – organismo internacional responsável pela maior parte dos recursos utilizados na construção da Usina –, requerendo que não se envie à ITAIPU mais dinheiro, denunciando a continuidade dos seus problemas e postulando a solução dos mesmos. Há que

---

<sup>5</sup> O Grupo Banco Mundial, fundado em 1944, compõe-se de cinco instituições afiliadas: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (IFC), o Organismo Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) e o Centro Internacional para Acerto de Divergências relativas a Investimentos (CIADI) (FONTE M: Internet, 06.05.2002).

se ressaltar o emprego tático da palavra através da emissão da carta, que, não obtendo resultados imediatos, alcança, não obstante, repercussões longevas.

O estorvo de ter que encontrar uma justificativa plausível para rejeitar a requisição dos 1500 hectares solicitada pela sociedade indígena induz os enviados dos poderes constituídos a levar a efeito um projeto para “otimização dos recursos da aldeia...” (DOC. 32, 16.03.1989), que deve necessariamente ser precedido de uma averiguação. Concretizada por funcionários da Usina, a pesquisa pretende demonstrar que, no final dos anos 1980, os Guarani que têm por território tradicional o Oeste paranaense estão divididos em dois grupos claramente discerníveis entre si.

O primeiro conjunto é aquele conduzido por Fernando Martins, que, na época, está assentado numa reserva de Guarani nas cercanias de Ubatuba, no Estado de São Paulo. Asseguram os funcionários da ITAIPU que estes índios reafirmam continuamente sua intenção de retornar à região, sendo rotulados pelos agentes indigenistas como “verdadeiros descendentes dos Avá-Guaranis”, de fácil entrosamento, acessíveis e prestativos. Antes de tudo, porém, eles seriam os legítimos detentores do *Oco'y*, certificando-se que as terras que compõem o sítio demarcado são tituladas em seu nome por ocasião da realocização, o que é posto em xeque pelo exame dos Títulos de Reconhecimento de Domínio<sup>6</sup> (DOC. 20: 22.08.1983) e das Escrituras Públicas de Doação<sup>7</sup> (DOC. 21: 25.08.1983).

Contraopondo-se aos liderados de Fernando, têm-se os Guarani guiados por Pedro Alves, habitantes do *Oco'y* e qualificados pelos representantes da Fundação e da Empresa como hostis a qualquer forma de atuação destes organismos no interior da aldeia. Alegam os enviados da Binacional que tais índios são “descendentes dos Avá-Guaranis e outras tribos” e que por ingerência do CIMI, impetram a área de 1500 hectares, para a qual tencionam se transferir (DOC. 32, 16.03.1989).

A postura dos poderes estabelecidos deixa patente o relevo obtido por meio de uma consciência étnica unificadora e uniformizadora, enquanto

---

<sup>6</sup> Vide Anexo VIII.

<sup>7</sup> Vide Anexo IX.

instrumento político destinado a municiar o coletivo a se opor a um êmulo mais influente. Ante a afirmação e veiculação de uma identidade Guarani, que tem manifestado eficácia em angariar a atenção da mídia, das organizações não governamentais e dos organismos internacionais de fomento, os agentes do Estado-nação em confronto com esta sociedade indígena, ensaiam estratégias que visam desqualificar a homogeneidade cultural difundida. Exemplo disto é a cisão que buscam divulgar relativa aos índios no Oeste.

O aumento populacional na reserva do OCOÍ vem sendo induzido e não será contido com a aquisição de 1500 ha., pois há uma grande população indígena do Paraguai e Argentina que fatalmente migrará para o Brasil (Via Reserva ITAIPU) a fim de desfrutar da assistência dada pela FUNAI e outras entidades (DOC. 32, 16.03.1989).

O exposto denota que fronteiras discricionariamente infundidas pelas nações modernas são re-significadas pelos Guarani, com base em seu mundo de significações. A partir desta teia de sentidos, tracejam seu território tradicional, para o que usualmente desconsideram balizas alheias ao seu sistema de valores, a não ser nos casos em que estar situado num determinado país implique em certos benefícios. Migram, portanto, ininterruptamente entre uma aldeia e outra no interior dos seus espaços ancestrais. Considerando que o Oeste paranaense é palco da demarcação de uma paragem diminuta, onde devem permanecer confinados quaisquer índios que eventualmente se encontrem na região, acontece, em efeito, uma grande concentração populacional na Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*, o que torna a sobrevivência da coletividade ainda mais complexa.

No sul do Brasil, a construção da binacional Itaipu, no rio Paraná, atingiu os indígenas Avá-Guarani, localizados originalmente no rio Ocoí, pequeno tributário do Paraná. Até o momento, apesar de inúmeros pareceres, notadamente de caráter antropológico, os indígenas ainda não tiveram resolvidos os problemas criados pelo seu reassentamento em uma pequena e inadequada faixa de terras, à beira do lago formado pela barragem (DOC. 60, 19.01.1995: 1).

Consta das considerações finais do projeto elaborado pelo engenheiro agrônomo Klaus Greiner com a presumida finalidade de beneficiar os Guarani no *Oco'y* (DOC. 32, 16.03.1989), o discernimento de que, na Área Indígena, as condições de vida estão deterioradas, em virtude da mais completa omissão, traduzida na privação de qualquer tipo de assistência por parte da Usina e da FUNAI. Ressalte-se que o agrônomo é funcionário da Binacional, ratificando, também no documento citado, que, ao apreciar os programas arrojados implementados pela ITAIPU em vários âmbitos, salta à vista, são palavras dele, a precariedade do que é realizado em favor da comunidade indígena. Concluindo o memorando, há o apontamento de que, antes das obrigações unicamente legais, o enfoque da questão precisa ser primeiramente humano, não destoando, assim, segundo o emissário, da filosofia de preservação de meio-ambiente peculiar à Empresa. A impressão que se tem com base nas afirmações acima é de que os Guarani são parte da fauna e flora locais, devendo, igualmente, serem preservados.

Procura-se preservar o cachorro do mato, criar peixes confinados em viveiros flutuantes, restabelecer a mata ciliar, construir marinas, mas se esquecem dos seres humanos, que passam por uma mudança social radical, decorrente do progresso, que nenhum benefício lhes trouxe até agora (DOC. 32, 16.03.1989).

Belas palavras, boas intenções; o fato é que nada que atenda minimamente às demandas dos índios é levado a efeito, até que não reste aos donos do poder outra alternativa. O que os Guarani conquistam em termos de terras e benfeitorias é fruto exclusivo de um longo trilhar de luta e resistência com relação a determinados segmentos da sociedade nacional que ensejam lhes subjugar, não recebendo, portanto, dádivas de quem quer que seja. Mas não é isto que eles almejam. Aspiram, sim, ao reconhecimento dos seus direitos imemoriais e conseqüente atendimento de suas exigências no presente.

No intuito de demonstrar insatisfação ante o descaso da Usina e do órgão indigenista oficial com os senões que assinalam a vida da coletividade no



*Oco'ý*, a comunidade indígena delibera pela fixação de duas famílias Guarani num setor reservado pela ITAIPU para reflorestamento. Agentes da Binacional ordenam à FUNAI que promova a remoção imediata do pequeno grupo instalado no local, apenas que de maneira tranqüila, sugerindo como alternativa o remanejamento dos indígenas para a Reserva de Rio das Cobras (DOC. 34, 06.10.1989).

No alvorecer do último decênio, é possível assistir ao delinear de um cenário brasileiro marcado pela afirmação da democratização política, concomitante ao incremento do interesse por problemas ambientais, no âmbito nacional, mas, principalmente, em termos internacionais. Esse zelo se exprime, por exemplo, pela realização da ECO-92<sup>8</sup>. Essas circunstâncias somadas fazem recrudescer as pressões da opinião pública, para que os aparelhos estatais responsáveis pelo litígio apresentem propostas viáveis para resolver os problemas da sociedade Guarani, situada na Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý*.

Somente depois de verem ameaçadas suas imagens, a FUNAI e a ITAIPU supostamente pretendem encerrar a questão em definitivo, buscando soluções que correspondam às expectativas dos índios. Assim, a Fundação inicia seu trabalho, propondo a formação de uma comissão que tenha como membros além dela própria, a ITAIPU, o Governo do Estado do Paraná, o Governo Municipal de São Miguel do Iguazu, o CIMI, a ANAI e a CPJP. A Binacional aquiesce com a composição do comitê com a condição de não coordená-lo, legando este posto ao órgão tutelar (DOC. 42, 16.04.1991). Sublinhe-se que a renitência da Usina em cooperar com os trabalhos da delegação implica no comprometimento de qualquer resultado efetivo.

Essa correspondência apresenta a posição da ITAIPU na questão e foi motivada por minuta de convênio proposta pela FUNAI. Nela

---

<sup>8</sup> ECO-92: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Realizou-se no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, a Conferência da ONU mais conhecida como Rio-92, da qual participaram 170 nações. A Rio-92 teve como principais objetivos: identificar estratégias regionais e globais para ações referentes às principais questões ambientais; examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento (FONTE N: Internet, 06.05.2002). Há que observar que não é aqui o objetivo analisar eventuais resultados concretos da conferência.

demonstramos disposição em colaborar para o fortalecimento das ações da FUNAI, visando o bem estar daquela população, sem, no entanto, reconhecer qualquer responsabilidade pela solução do problema (DOC. 46, 18.09.1991).

Em razão da postura adotada pela Hidroelétrica junto à comissão, corroborada pelo documento citado, fica patente para a FUNAI que o propósito da ITAIPU é tentar se eximir de qualquer encargo respectivo aos índios no *Oco'y*. Desta forma, um relacionamento que até há pouco se caracteriza pela reciprocidade, em detrimento dos indígenas na maior parte das vezes, passa a ter a troca de farpas como tônica. O que mais surpreende, todavia, são as novas atitudes assumidas pelo aparelho indigenista, ou seja, de legitimar, inclusive reforçando as requisições dos índios.

Nesta perspectiva, a FUNAI assegura que os Guarani vivem desde tempos imemoriais às margens do rio *Oco'y*. A remoção dos índios deste espaço, que é parcela do seu território tradicional, resulta da formação do reservatório de ITAIPU, o que imputa à Usina a incumbência de resolver terminantemente as dificuldades que marcam a vivência da sociedade. As críticas dos núncios do órgão indigenista se reportam ao período da transferência para a superfície demarcada, alegando que a Hidroelétrica, nesta ocasião, não firma nenhum gênero de acordo que a comprometa a prestar atendimento nos campos da saúde, educação ou auto-sustentação do grupo. Grife-se que este tipo de envolvimento é usual para empresas que porventura acarretem quaisquer tipos de transtornos em territórios reconhecidamente indígenas (DOC. 47, 11.11.1991).

Em relação à questão da terra, a ITAIPU Binacional está respaldada no fato de que a reivindicação do território de 1500 ha. foi posterior à transferência do grupo para a atual área. Entretanto, segundo registro desta Fundação, através da carta de lideranças Avá-Guarani de 22.03.82, já era contestada a proposta de 121 ha. oferecidos pela ITAIPU, em detrimento dos 1500 ha. necessários à sobrevivência do grupo, assim, a argumentação usada por essa Empresa é falha (DOC. 47, 11.11.1991).

Diante da iminência de se ver compelida a resolver sozinha as pendências com os Guarani, a Fundação pressiona a Binacional para que esta se empenhe concretamente nas atividades da Comissão Interinstitucional, que incluem a elaboração de programas de auto-sustentação para o coletivo, bem como ajustes relativos às querelas fundiárias. É válido certificar que os desacertos entre as duas instituições se mostram decisivos para a definição da questão nos anos posteriores.

Presume-se, com base no exposto, que a Empresa se aplica com vigor no intento de evitar responsabilidades perante os Guarani. Um relatório datado de 1990 (DOC. 39, 19.04.1990), reservado à circulação interna na ITAIPU, manifesta, não obstante, a urgência da Usina em solucionar aquela a que denominam como a "questão indígena". Fica exposto claramente no documento referido, que, *a priori*, não se atribui maior relevância ao assunto. À medida que os postulados dos índios se arrastam sem que sejam atendidos, o caso angaria projeção, supostamente em face da intercessão de instituições ambientalistas e religiosas, que viabilizam a divulgação das reivindicações dos Guarani através dos meios de comunicação. Ponderam, por conseguinte, os agentes da Hidroelétrica que a difusão do estado de insalubridade que distingue a vida no *Oco'ý* pode macular a *boa imagem* da Empresa, havendo então que acatar, ao menos parcialmente, as requisições dos indígenas.

O relatório aponta, além disso, para a necessidade de manter sob controle o fluxo populacional de famílias guaranis procedentes do Paraguai. Indica, igualmente, o documento que se resolva a "baixo custo" o "problema" por meio de um "tratamento modelar", tendo em vista beneficiar todo o setor elétrico que vem enfrentando obstáculos para a consecução de financiamentos por parte de organismos financeiros internacionais, em decorrência da "questão indígena" (DOC. 39, 19.04.1990).

Cada vez mais, as circunstâncias forçam ITAIPU a atender decisiva e satisfatoriamente aos pleitos dos Guarani no *Oco'ý*, avaliando-se a publicidade que envolve o caso, que leva inúmeros setores da sociedade nacional a rejeitar o caráter das providências até então efetivadas pelos representantes da Usina. Expressão da progressiva debilidade que acomete a Empresa é o impetrar pelo